

Senador de Rondônia se reúne amanhã com o presidente interino da Casa, Paulo Paim. O parlamentar pode renunciar antes da abertura do processo de cassação, já que está com os direitos políticos suspensos

Mário 05 FEV 2004

Calixto perto de perder mandato

PAOLA LIMA

DA EQUIPE DO CORREIO

O mandato de senador do empresário Mário Calixto Filho (PMDB-RO) pode durar menos de 15 dias. Suplente de Amir Lando, licenciado para assumir o Ministério da Previdência, Calixto se reúne amanhã com o

presidente interino do Senado, Paulo Paim (PT-RS), para discutir seu processo de cassação, que tramita na Mesa Diretora da Casa. O senador está com os direitos políticos suspensos por sentença judicial e não poderia ter assumido o cargo.

A expectativa é que Calixto renuncie ao mandato antes que o Senado se manifeste sobre o

assunto. A ele, restam poucas alternativas. Ou renuncia — medida incentivada nos bastidores pelo PMDB, que não quer o desgaste político de ter um senador cassado —, ou leva o processo adiante e espera pela decisão dos colegas da Mesa Diretora. As perspectivas, porém, não são animadoras.

Calixto perdeu os direitos políticos e foi condenado a um ano de detenção em outubro do ano passado, por uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Em 1998, ele publicou artigos contra o ex-senador Odaí Soares no jornal *O Estadão do Norte*, de sua propriedade. O ex-senador conseguiu o direito de resposta na Justiça, mas Calixto recusou-se a publicá-la. Pela desobediência, foi condenado pelo Tribunal Regional

Eleitoral (TRE) de Rondônia. Depois ele recorreu ao Supremo, mas teve a sentença confirmada. “Não há muito o que ser feito neste caso. Se ele não se afastar por iniciativa própria, será afastado pela Mesa”, avalia um senador peemedebista.

Pelo regimento, Mário Calixto Filho tem até a próxima terça-feira para apresentar a defesa. A partir daí, o relator do processo, senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), tem 15 dias úteis para dar um parecer. Siqueira Campos, porém, já antecipou que tem condições de dar esse parecer em até 24 horas. A intenção da Mesa Diretora é agir com rapidez. “Aconteça o que for, o Senado define isso na próxima semana”, garantiu Paulo Paim. O senador não foi encontrado para comentar o assunto.